

JORNAL DO BRASIL

Fundado em 1891

Conselho Editorial
M. F. DO NASCIMENTO BRITO — *Presidente*
WILSON FIGUEIREDO — *Vice-Presidente*

Conselho Consultivo
FRANCISCO DE SÁ JÚNIOR
FRANCISCO GROS
JOÃO GERALDO PIQUET CARNEIRO
JORGE HILÁRIO GOUVEA VIEIRA

DACIO MALTA — *Editor*
ROSENAL CALMON ALVES — *Editor Executivo*
ORIVALDO PERIN — *Secretário de Redação*

SÉRGIO RÊGO MONTEIRO — *Diretor*

Visão Invertida

Em discurso no Clube Econômico de Nova Iorque, o presidente do Banco Central americano, Alan Greenspan, admitiu que a desaceleração do crescimento da economia americana corre o risco de se transformar em "recessão amena". Apesar da advertência, Greenspan mostrou-se relutante em cortar as taxas de juros de curto prazo.

É que o objetivo principal do Federal Reserve — o Banco Central americano — é manter a inflação baixa, criando ambiente de estabilidade para a realização de investimentos que modernizem a economia americana. O *Fed* age com liberdade porque tem total autonomia em relação ao Departamento do Tesouro. O presidente e a diretoria são indicados pelo Congresso e seus mandatos não coincidem com o do Executivo.

A independência do Banco Central em relação ao Executivo não é adotada apenas pelos EUA. Alemanha, Japão, países europeus e economias mais avançadas de mercado têm na independência do BC em relação ao governo uma das maiores salvaguardas do cidadão.

Na falta de ingerência oficial sobre o BC, os governos não têm condições políticas de exigir que os bancos centrais emitam moeda para cobrir rombos orçamentários. A intransigência dos bancos centrais nessa matéria — o exemplo mais radical é o Bundesbank alemão — só é possível em razão da independência.

Os países que dispõem de Banco Central independente são os que apresentam as menores taxas de inflação e as economias mais estáveis e de crescimento contínuo mais equilibrado. A independência do Banco Central é atitude política altamente amadurecida na sociedade, que implica idéia prévia de equilíbrio fiscal e respeito ao Orçamento.

Seria, portanto, bem mais produtivo que os políticos brasileiros atacassem o problema dos juros nas suas causas e não nas consequências. Não é de hoje que os juros estão altos no Brasil. É histórico o passado brasileiro de inflação e desequilíbrios fiscais, e utilização das emissões monetá-

rias para cobrir déficits orçamentários.

Só com a criação do Banco Central, em dezembro de 1964, no governo Castelo Branco, o Brasil conheceu breve período de rigor monetário e fiscal, na gestão da dupla Roberto Campos-Octávio Bulhões. O BC exerceu independência em relação ao Tesouro (que estava gerando superávits) e, sobretudo, o Banco do Brasil deixou de expandir créditos (e criar moeda) depois de vários anos de orgia monetária e fiscal. Mas a independência do BC não resistiu a um ano de governo Costa e Silva, que cedeu às pressões paulistas contra o aperto monetário.

O milagre brasileiro deveu-se mais ao equilíbrio fiscal que às facilidades de crédito interno, estimuladas pelo farto endividamento externo. A prova disso é que a economia entrou em crise quando o déficit público voltou e não foi mais possível financiá-lo do exterior.

O Plano Real vem tendo sucesso, entre outros motivos, porque foi precedido de medidas vigorosas (ainda em curso) para equilibrar o Orçamento, e o Banco Central agiu com extremo rigor monetário evitando financiar o Tesouro — o que, aliás, é proibido pela Constituição. Está agindo, portanto, dentro da legalidade.

Os deputados que ameaçam a governabilidade da economia e a continuidade do Plano Real com o tabelamento dos juros reais em 12% deveriam estudar primeiro o caminho dos países do Primeiro Mundo que alcançaram estabilidade — ou o exemplo dos *tigres asiáticos*, que fazem do equilíbrio orçamentário a chave do sucesso econômico. Tabelar juros por lei é cometer o mesmo engano que fixar salário por decreto. São coisas que se resolvem no mercado e na livre negociação.

Se fizerem o dever de casa, os deputados chegarão à conclusão de que a modernização do Estado será mais eficiente para estabilizar a economia e garantir a continuidade do crescimento do que tabelamentos demagógicos. A verdade é que, no fundo, os seus mentores querem apenas barrar as reformas, mas não têm coragem de confessar.